

BIBLIOTECAS SEM ACERVOS:

os movimentos neoconservadores e a perseguição aos livros

LIBRARIES WITHOUT A COLLECTION:

the neoconservative movement and the persecution of books

BIBLIOTECAS SIN COLECCIONES:

movimientos neoconservadores y la persecución de los libros

Diego Monsani

Instituto Federal Catarinense (IFC)

diego.monsani@ifc.edu.br

Jéssica Vicência das Chagas Machado

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

jvc@unesc.net

Giani Rabelo

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

gra@unesc.net

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

rlb@unesc.net

RESUMO

Introdução: O neoliberalismo atual fomenta o nascimento de movimentos neoconservadores, tal qual o Escola sem Partido, que por meio de uma corrente de ação midiática e parlamentar buscam controlar o debate educacional atual. Estes movimentos impõe um estado de vigilância e denúncia, que buscam coibir a prática docente, bem como perseguem materiais didáticos e de literatura que não se enquadram na visão de mundo destes grupos.

Objetivo: O presente artigo objetiva investigar a relação desses grupos neoconservadores e sua possível reverberação na perseguição de títulos de livros nas bibliotecas nacionais, identificar temáticas mais sujeitas à censura e quais estratégias utilizadas por esses grupos.

Metodologia: Se configura em uma pesquisa bibliográfica, de cunho documental, com abordagem qualitativa, buscando notícias de jornais sobre censura em bibliotecas no recorte temporal de

2013 até 2023 dentro do portal G1, trabalhando com um corpus de 32 matérias. Posteriormente se utilizou de análise de conteúdo para analisar os episódios encontrados.

Resultados: Dentro dos dez episódios encontrados, foram relatadas perseguições aos livros didáticos e de literatura, distribuídos em diversas cidades do Brasil. Essa censura era promovida pela revolta de pais de alunos ou por meio do poder público, em todos os episódios os alvos são materiais que abordassem temas como: diversidade de orientação sexual, questionamentos ao padrão universal da família heteronormativa ou relatassem a violência promovida no período da ditadura de 1964.

Conclusões: Após a análise dos dados, considerou-se que os movimentos neoconservadores possuem influência na censura de materiais bibliográficos, em especial o movimento Escola sem partido por influenciar a organização de atos de perseguição e propostas de leis que permitam censura dentro dos ambientes escolares e que é papel dos profissionais da educação e informação fazer resistência em defesa de um ambiente escolar livre.

Palavras-chave: Educação; Escola sem partido; Censura; Biblioteconomia crítica.

ABSTRACT

Background: Current neoliberalism fosters the emergence of neoconservative movements, such as Escola Sem Partido (School Without a Party), which, through a wave of media and parliamentary action, seek to control the current educational debate. These movements impose a state of surveillance and denunciation, seeking to curb teaching practices, as well as persecute teaching materials and literature that do not fit into these groups' worldview.

Purpose: This article aims to investigate the relationship between these neoconservative groups and their possible impact on the persecution of book titles in national libraries, identify topics most subject to censorship and the strategies used by these groups.

Methodology: This is a bibliographical, documentary, and qualitative study, searching for newspaper reports on library censorship from 2013 to 2023 on the G1 portal, working with a corpus of 32 articles. Content analysis was subsequently used to analyze the episodes found.

Results: The ten episodes found reported persecution of textbooks and literature distributed in several Brazilian cities. This censorship was promoted by the revolt of students' parents or through government agencies. In all the episodes, the targets were materials that addressed topics such as sexual orientation diversity, questioning the universal standard of the heteronormative family, or depicting the violence perpetrated during the 1964 dictatorship.

Conclusion: After analyzing the data, it was considered that neoconservative movements have influence in the censorship of bibliographic materials, especially the School without Party movement, as it influences the organization of acts of persecution and proposed laws that allow censorship within school environments, and that it is the role of education and information professionals to resist in defense of a free school environment.

Keywords: Education; School without party; Censorship; Critical librarianship.

RESUMEN

Introducción: El neoliberalismo actual fomenta el surgimiento de movimientos neoconservadores, como el movimiento «Escuela sin Partidos», que, mediante una intensa actividad mediática y parlamentaria, buscan controlar el debate educativo vigente. Estos movimientos imponen un estado de vigilancia y denuncia, con el objetivo de restringir las prácticas docentes y perseguir materiales didácticos y literarios que no se ajustan a su visión del mundo.

Objetivo: Este artículo investiga la relación entre estos grupos neoconservadores y su posible repercusión en la persecución de títulos de libros en bibliotecas nacionales, identifica los temas más censurados y las estrategias empleadas por estos grupos.

Metodología: Se trata de una investigación bibliográfica, de carácter documental y con enfoque cualitativo, que analiza artículos periodísticos sobre censura en bibliotecas publicados entre 2013 y 2023 en el portal G1, con un corpus de 32 artículos. Posteriormente, se realizó un análisis de contenido para analizar los casos encontrados.

Resultados: Entre los diez episodios encontrados, se reportaron persecuciones de libros de texto y literatura distribuida en diversas ciudades de Brasil. Esta censura fue promovida por la revuelta de padres de familia o por el poder público; en todos los casos, los materiales censurados abordaban temas como la diversidad de orientación sexual, el cuestionamiento del modelo universal de familia heteronormativa o la denuncia de la violencia perpetrada durante la dictadura de 1964.



Conclusiones: Tras analizar los datos, se considera que los movimientos neoconservadores influyen en la censura de materiales bibliográficos, especialmente el movimiento "Escuela sin Partidos", al influir en la organización de actos de persecución y en propuestas de leyes que permiten la censura en el ámbito escolar. Asimismo, se concluye que es responsabilidad de los profesionales de la educación y la información resistir en defensa de un entorno escolar libre.

Palavras-clave: Educación; Escuela no partidista; Censura; Biblioteconomía crítica.

1 INTRODUÇÃO

O Neoliberalismo é uma corrente que estimula abordagens conservadoras em diversas esferas sociais, inclusive na educação, contribuindo para a diminuição do debate crítico nas escolas. Essa corrente também promove e se alimenta de iniciativas neoconservadoras, como o movimento Escola sem Partido, iniciativa que se efetivada vai interferir nos acervos das bibliotecas. Além disso, tais movimentos conservadores se utilizam da perseguição aos livros para ter exposição e angariar atenção nos noticiários. Isto ocorre, pois, os livros são “dispositivos capazes de transformar subjetividades, educar, promover cidadania e compreensão do mundo, e não apenas um meio de armazenamento, transmissão e circulação de textos” (Silveira; Andretta, 2023, p. 2).

Outro fator crucial para a ocorrência desta censura é que esses movimentos muito se inspiram em ondas conservadoras que ocorrem em países estrangeiros e que acabam por servir de referência, tal qual os Estados Unidos da América (EUA), por isso é importante fazer esse olhar para fora, uma vez que a American Library Association – ALA, alerta que o calor contumaz de grupos organizados pelo banimento de livros praticamente duplicou entre 2021 e 2022 (American Library Association, 2023).

Tais atitudes não são novidade, porém o que ocorre agora é que ao invés de uma perseguição¹ a um título ou outro, grupos organizados nos EUA solicitam o banimento de listas de títulos e, algumas vezes, organizam

¹Conforme definição de Michaelis (2025, [não paginado]): “1 - Ato ou efeito de perseguir; persecução. 2 - Intolerância contra algum conjunto, organismo ou grupo social”. Para a construção desse artigo se adotou o termo perseguição, pois pretende se referir ao ato de perseguir determinado título, temática ou autor para censurá-lo, em detrimento ao termo exclusão, para evitar confusão com o processo de exclusão de acervos que faz parte dos processos técnicos desenvolvidos pelas bibliotecas.



perseguições aos profissionais que atuam nas bibliotecas, dificultando as atividades desses profissionais e a defesa à permanência desse material no acervo.

A defesa por parte dos profissionais que atuam nesses cenários se faz mais necessária em contextos de conflitos culturais e marcadamente autoritários, tais quais os últimos anos vivenciados no Brasil, onde grupos neoconservadores e reacionários ocuparam setores de poder e defenderam atitudes que vão contra as legislações educacionais vigentes.

Neste sentido, considera-se como questão orientadora deste trabalho: movimentos neoconservadores, tal qual o “Escola sem partido”, estão tendo influência na perseguição de títulos de livros nas bibliotecas nacionais? Como forma de esclarecer a questão, traçaram-se os seguintes objetivos: a) identificar quais temáticas estão sujeitas à perseguição; b) discriminar quais as estratégias utilizadas para perseguir estas temáticas; c) verificar a existência de possíveis atos de resistência contra a censura.

Deste modo, a presente pesquisa se classifica como bibliográfica, de cunho documental, com abordagem qualitativa. Em um primeiro momento, se realizou um levantamento no acervo de notícias do portal G1 por termos como “censura de livros”, “perseguição a livros”, “censura de bibliotecas” e “livros banidos”, tendo como lastro temporal notícias publicadas na última década (2013 até 2023), visando um levantamento de dados. Posteriormente, os dados encontrados foram tabulados para análise mais detalhada.

Após levantadas as notícias sobre censura, buscou-se analisá-las sob a luz do referencial teórico, procurando identificar se os movimentos neoconservadores possuem influência nos atos de censura de material bibliográfico nas bibliotecas, buscando identificar padrões de ação, relação de crescimento de censura, bem como quais temáticas sofrem maior perseguição.

O presente artigo se organiza em quatro partes, em sua primeira parte busca delinear brevemente como os movimentos neoliberais e neoconservadores, em especial o chamado Escola sem Partido, vem afetando a liberdade dos profissionais da educação e enviesando o debate educacional.



Na segunda parte do artigo, os autores propõem introduzir a temática da censura bibliográfica no contexto internacional dos últimos anos. Na terceira parte é comentada a metodologia utilizada. Em seguida, apresentam-se os dados recuperados no levantamento da pesquisa e as análises e considerações dos autores sobre o corpus da pesquisa. Para embasar este artigo, utilizaram-se principalmente os estudos de Frigotto (2017), Libâneo (2018), Vergueiro (1989) e Penna (2017).

2 NEOLIBERALISMO, NEOCONSERVADORISMO E O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

O neoliberalismo, ideologia econômica e política que preconiza a liberdade de mercado, a redução da intervenção estatal e a promoção do individualismo, tem tido um impacto profundo em várias esferas da sociedade, incluindo-se nisto, a educação. Essa corrente tem redefinido a forma como a educação é pensada, financiada e entregue em muitos países ao redor do mundo e no Brasil.

Uma das principais consequências do neoliberalismo em sua relação com a educação é o desmonte do próprio processo educacional. Como resultado, muitos sistemas educacionais foram sujeitos a políticas que promovem a privatização, a descentralização e a avaliação baseada em métricas quantitativas, como testes padronizados. Escolas e instituições de ensino superior, por exemplo, foram incentivadas a se tornarem mais autossuficientes, competindo por recursos e principalmente pelos estudantes. Isso levou ao surgimento de sistemas educacionais orientados para o mercado, nos quais a eficiência e a rentabilidade muitas vezes se tornam mais importantes do que a qualidade da educação em si, embora esta qualidade seja frequentemente alvo de avaliação.

A ênfase em testes padronizados pode levar a uma educação voltada para a preparação desses testes, em detrimento do desenvolvimento crítico e criativo dos alunos. A competição exacerbada entre as instituições e



finalidades da educação pode também levar a uma mentalidade de “ensinar para o teste” em vez de promover a aprendizagem significativa, o que faz diluir “as peculiaridades do ato educativo como a formação científica, o desenvolvimento intelectual e o desenvolvimento da personalidade” (Libâneo, 2018, p. 57).

O autor ainda cita que no modelo neoliberal, a qualidade da educação é pautada por testes padronizados, o que resulta em uma aprendizagem pouco efetiva:

a aprendizagem de conhecimentos e habilidades é vista como a principal finalidade da escola, sendo que sua eficácia é medida por provas de avaliação externa de larga escala. Desse modo, o desempenho dos estudantes nos testes padronizados é apontado como o principal indicador de aprendizagem e, conseqüentemente, de qualidade (Libâneo, 2018, p. 56).

Entretanto, o movimento neoliberal vai além de uma abordagem educacional rasa, e é ainda mais nefasto ao reforçar as desigualdades educacionais ao focar no protagonismo do indivíduo, pois faz dele o responsável de seu sucesso ou fracasso, desconsiderando toda a logística social opressora que advém do neoliberalismo (Libâneo, 2018). Acrescida a esta, há a comercialização da educação que pode excluir aqueles que não podem pagar por educação de qualidade, aprofundando a divisão entre classes sociais. Assim, a educação deixa de ter uma finalidade libertadora e passa a ser um aspecto a mais na opressão da sociedade já tão oprimida.

Outro importante ponto de preocupação é o impacto do neoliberalismo e das pautas conservadoras que o acompanham na pesquisa e no currículo. À medida que as instituições educacionais buscam financiamento, muitas vezes recorrem a parcerias com empresas e agências financiadoras, como o Banco Mundial, que vem determinando as pautas educacionais e que pode influenciar a agenda de pesquisa e resultar em uma concentração de esforços em áreas que se alinham com interesses econômicos imediatos. Isso pode limitar a independência acadêmica e a busca pelo conhecimento pelo seu próprio valor.



Para Libâneo (2018), a influência do Banco Mundial no currículo educacional é dissociada de sentido e de criticidade, com foco apenas no mercado de trabalho e na comercialização da educação.

Fica realçada ainda mais a noção de aprendizagem como aquisição de conhecimentos úteis e habilidades de sobrevivência dissociados do seu conteúdo e significado, pouco contribuindo para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e para a formação da personalidade integral, longe de uma concepção de desenvolvimento fundamentada numa perspectiva humana, democrática e de justiça social (Libâneo, 2018, p. 49).

A educação é o ponto de partida para uma sociedade mais justa e com menos desigualdades e o Estado desempenha um papel crucial na garantia de uma educação de qualidade e acessível para todos, e a retirada desse papel pode comprometer os direitos educacionais da sociedade. Libâneo (2018) pontua que a escola precisa ser entendida como o lugar em que se promove a educação para o desenvolvimento, o que resulta em uma educação para a formação que inclui os processos psíquicos do indivíduo por meio de mediações culturais. Longe deste prisma, os movimentos conservadores objetivam uma educação que “deposita” (Freire, 1968) conhecimentos e habilidades, assim a formação se resume à resposta correta em testes padronizados de conhecimentos e a responsabilização dos educadores quanto ao sucesso ou insucesso escolar.

A engrenagem neoliberal reduz ao indivíduo o direito de aprendizagem ao conhecimento básico e necessário que irá prepará-lo para a conquista e manutenção das oportunidades de emprego, ou seja, mantendo-o nessa mesma engrenagem neoliberal. Ir para além do básico, para esse sistema, é uma questão meritocrática, os que mais se esforçam obtêm melhores resultados. Assim, se responsabiliza a escola pela oferta, ou não, do conhecimento básico, posteriormente se responsabiliza o próprio indivíduo pela falta de dom ou aptidão, mas nunca se responsabiliza o sistema que fomenta essa lógica.

É como se garantir ao aluno o acesso ao básico, redimisse a sociedade de ter promovido a desigualdade social que o vitimou, abrindo-lhe as



portas do sucesso, agora, na dependência do seu empenho (Freitas, 2014, p. 1.090).

Em suma, a relação entre neoliberalismo e educação é complexa e repleta de implicações. Embora haja argumentos de que a abordagem neoliberal pode trazer inovação e eficiência para os sistemas educacionais, autores como Libâneo (2018) e Freitas (2014), alertam para os riscos inerentes à implantação do neoliberalismo na educação, como a diminuição do financiamento e da intervenção estatal, que pode levar à mercantilização da educação, tornando-a mais orientada pelo mercado e menos voltada para o bem-estar social e a igualdade de oportunidades. Isso resultaria em uma educação de qualidade inacessível para muitos e aprofundaria as desigualdades sociais.

Ainda diante de uma perspectiva conservadora da educação, porém iniciando o que podemos chamar de neoconservadorismo, nos últimos anos, principalmente após o golpe de 2016², vem crescendo um movimento que tem por objetivo a efetivação de uma escola que não discuta quaisquer tipos de ideologias, o movimento Escola sem Partido. Segundo Algebaile (2017) este é um movimento que pode ter sua origem rastreada ao site³ homônimo criado em 2004 por Miguel Nagib, procurador da cidade de São Paulo, de acordo com a pesquisadora o portal:

[...] funciona como um meio de veiculação sistemática de ideias, de instrumentalização de denúncias e de disseminação de práticas e procedimentos de vigilância, controle e criminalização relativos ao que seus organizadores entendem como 'práticas de doutrinação' (Algebaile, 2017, p. 64).

Uma ressalva importante realizada por Algebaile (2017) é quanto à estruturação dos participantes do movimento, segundo a pesquisadora não há a indicação clara de organizadores, associados ou apoiadores ao Escola sem Partido, com exceção de seu fundador. Esse fato levanta questionamento

²Em 2016, foi concretizado um golpe aplicado pelas forças conservadoras dos diferentes poderes brasileiros para afastar da presidência Dilma Rousseff, presidenta eleita em 2014 e mais alinhada aos ideais progressistas, em seu lugar assumiu seu vice Michel Temer, que deu início a uma série de reformas conservadoras, dentre elas, a reforma do Ensino Médio.

³<http://www.escolasempartido.org/>



quanto à organicidade necessária para o mesmo se configurar como um movimento e reforça a “[...] percepção de que se trata tipicamente de um organismo especializado, internamente centralizado e externamente vinculado, por sua instrumentalidade, a um vertente político-partidária” (Algebaile, 2017, p. 66).

Essa ideia de uma atuação dúbia entre movimento e organização é acentuada pela relação com que se vinculam a ela os parlamentares signatários dos projetos de lei inspirados pelos modelos fornecidos pelo Escola sem Partido. Algebaile (2017) aponta que atuando dessa forma, os políticos compõem um braço parlamentar da organização, que influencia na sociedade e por meio do qual é ampliada a militância em favor das bandeiras do Escola sem Partido. Assim, essa organização/movimento produz projetos de legislação que portam seu nome, nas mais diversas esferas legislativas, se alimentando da projeção midiática que tais propostas produzem, ao mesmo tempo que usa desse alcance para mobilizar sua militância.

A nível federal, o projeto de lei 7180/14 de autoria do deputado Erivelton Santana, que deu visibilidade ao movimento, hoje já possui diversos projetos pensados a sua tramitação, tal como o projeto 867/2015 de Izalci Lucas Ferreira, que detalha as alterações e propõe a inclusão do Programa Escola sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 2014, 2015).

Um dos pontos mais marcantes do projeto de lei se encontra em seu artigo 2, ao listar os princípios que deverão ser seguidos pela educação nacional, onde se pode ler “II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico; III - liberdade de aprender como projeção específica no campo da educação da liberdade de consciência” (Ferreira, 2015, p. 2). Em uma primeira leitura, aparentemente não há problemas, este se revela quando comparado ao texto da LDB original, que transcreve trechos do art. 206 da Constituição Federal, onde se lê: “**II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias (sic) e de concepções pedagógicas, [...]**” (Brasil, 2023, grifo nosso). Ao observarmos o que foi excluído



do texto original é que se revelam as reais intenções do projeto Escola sem Partido, que é amordaçar a discussão e a pluralidade de ideias dentro do espaço educacional, seja ela realizada em uma sala de aula ou dentro de um livro. Como aponta Penna (2017, p. 41): “fica claro o critério de exclusão: estão excluindo todas as atribuições vinculadas ao ofício do professor, à sua atividade profissional [...] excluíram o pluralismo de concepções pedagógicas, excluíram a liberdade de ensinar”.

Ainda em seu terceiro artigo, o projeto de lei 867/2015 propõe que sejam vetadas a prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula, porém como bem observa Penna (2017), no teor do projeto não se define de forma clara o que seria essa doutrinação política e ideológica, se configurando assim um elemento de inconstitucionalidade e impraticabilidade da lei. Para Penna (2017), essa conceituação vaga é facilmente preenchida com os materiais disponíveis no site da organização e pela militância do programa, que advoga por supostos princípios de neutralidade política, ideológica e religiosa, partindo do pressuposto de que professores utilizariam o espaço da sala de aula para doutrinar os alunos segundo suas convicções.

Há de se registrar, porém, que a ideia de eliminar as ideologias políticas do ambiente educacional já é, por si só, uma ideologia política. Além disto, o movimento vai contra os preceitos da educação brasileira que preconiza a liberdade de ensinar e aprender e a pluralidade de ideias estabelecidas na Constituição Federal de 1988. Também é passível de registro, que o movimento acredita que o educando é a parte mais frágil na relação ensino-aprendizagem, sendo esta verticalizada. Assim, o programa Escola sem Partido promove o cerceamento aos profissionais que fazem parte do quadro da educação. A proposta de proibir a manifestação de opiniões políticas e ideológicas em sala de aula pode limitar a capacidade dos educadores de discutir questões importantes e estimular o pensamento crítico dos alunos.

Segundo Frigotto (2017, p. 29), esse cerceamento na área educacional acarreta na:



mudança da função docente iniciando pelo ataque aos profissionais da educação, tirando-lhes a autonomia de ensinar, de educar e de avaliar. [...] Sob a ideologia da neutralidade do conhecimento e da redução do papel da escola pública de apenas instruir, esconde-se a privatização do pensamento e a tese de que é apenas válida a interpretação dada pela ciência da classe detentora do capital.

Ainda nesta mesma perspectiva opressora, o Escola sem Partido também pode levar à censura de conteúdos do currículo educacional e da literatura. A ideia de eliminar qualquer material que seja considerado “partidário” ou “subversivo” pode prejudicar a qualidade do ensino e limitar o acesso dos alunos a informações diversas e fundamentais para o seu desenvolvimento e pensamento crítico. Conforme Algebaile (2017) aponta, a partir de seu site, o Escola sem Partido mobiliza sua militância para que seja implementado um clima de vigilância, persecutório e de denúncia, calcado na exposição por meio das redes sociais em detrimento dos canais institucionais escolares.

Quando observamos o Movimento mais intrinsecamente, pode-se registrar que está diretamente ligado a movimentos sociais conservadores, religiosos e em grande parte vinculados à ideia mercadológica da educação. A ideia seria descaracterizar a educação como ato político, que observa a realidade em mudança e nela deseja contribuir formando seres mais críticos frente ao contexto em que estão inseridos e transformá-la em um ambiente que apenas prepara capital humano para o mercado de trabalho e que dissemina o ódio aos movimentos sociais críticos. Para Frigotto (2017, p. 4), o movimento Escola sem Partido “se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais”.

Neste sentido, a escola serviria apenas como um espaço de instrução e repasse de determinados conhecimentos e não de discussões sociais, validando-se então a ciência da classe detentora do capital, implementando uma falsa ideia de neutralidade na educação. Cabe ressaltar que, na validação de uma ciência, há também a validação de uma finalidade educacional, de



uma proposta de currículo, dos métodos de ensino-aprendizagem e de avaliação. Assim, o Escola sem Partido, se de fato implementado, serviria como palco para a formação de uma sociedade acrítica e cada vez mais distante da sua natureza política.

O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados (Frigotto, 2017, p. 15).

Para o neoliberalismo, a formação desta sociedade acrítica e apartada dos movimentos sociais e políticos que é planejada pelo Escola sem Partido seria um prato cheio, já que a falta de uma finalidade e de objetivos bem definidos na educação dificultaria formas de luta política e social, retirando o sentido e o valor do processo educativo, pois uma educação crítica implica na transformação das relações de poder existentes na sociedade. A educação precisa ser intencional, consciente da sociedade na qual está inserida, pois está subordinada aos interesses sociais, políticos e econômicos. Qualquer situação diferente desta serve para reforçar as relações sociais que já excluem minorias e indivíduos subalternizados, o que reforça a tese de que não há neutralidade no movimento que enseja acabar com as ideologias no ambiente escolar (Frigotto, 2017).

Esse clima de denúncia e alarmismo desemboca também em uma perseguição em relação aos livros didáticos⁴ (Penna, 2017), como exemplo disso podemos citar o blog de olho no livro didático, organizado por Orley Silva, que se propõe a vigiar os livros didáticos adotados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em busca do que o Escola sem Partido classifica como doutrinação religiosa e ideologia de gênero. Dentre as postagens podemos citar, por exemplo, a revolta na presença do livro O grande e maravilhoso livro das famílias, escrito por Mary Hoffman e Ros Asquith, ter sido disponibilizado através do Programa Nacional para a Alfabetização na Idade Certa. O livro

⁴<https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/>



infantil pretende em seu texto apresentar para a criança que os arranjos familiares podem ser constituídos de diversas formas, comportando mãe/pai solteiros, casais homoafetivos, filhos adotivos ou diversidade religiosa. Porém, segundo o blog escrito por Silva (2014), este acervo faria parte do ensino para orientação homossexual e não deveria ser adotado nas escolas, convocando os leitores a realizarem denúncias contra a presença do material nos acervos das bibliotecas escolares. Com isso, estabelecemos que o ambiente da biblioteca, apesar de não ser o alvo principal, também corre risco diante de movimentos neoconservadores, cabendo um debate mais aprofundado sobre a relação de censura e bibliotecas na seção seguinte.

3 CENSURA EM BIBLIOTECAS NA CONTEMPORANEIDADE

Não é possível debater um texto sobre censura de livros e bibliotecas sem evocar o texto de Vergueiro (1987), que em um contexto histórico no qual o país saía das sombras da ditadura e pré-promulgação da Constituição Federal, apontava que os bibliotecários brasileiros não estavam preparados para lidar com a censura em suas unidades de informação.

De lá para cá, passou-se por algumas transformações nesse sentido, principalmente nas últimas duas décadas a temática da censura em bibliotecas tem sido cada vez mais pesquisada⁵, não obstante que a Resolução mais recente de 2018 do Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário preconiza que o bibliotecário possui uma natureza sociocultural e preza pela garantia do acesso indiscriminado aos materiais informacionais. Ainda em seu parágrafo único destaca que tal profissional “repudia todas as formas de censura e ingerência política, apoia a oferta de serviços públicos e gratuitos, promove e incentiva o uso de coleções [...], segundo o conceito de acesso aberto e universal” (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, [não paginado]).

⁵Essa afirmativa é baseada no indicativo de as últimas duas décadas conterem 109 itens publicados dos 132 trabalhos indexados com a palavra-chave “censura”, depositados na Base de Dados em Ciência da Informação - BRAPCI.



Em sua pesquisa teórica em busca da dicotomia entre censura e disseminação da informação, Oliveira e Castro (2017) listam os diferentes tipos de censuras existentes na contemporaneidade: censura prévia, censura punitiva, autocensura, censura técnica e por fim, a censura burocrática. Para este artigo daremos especial atenção para o que poderíamos categorizar como censura punitiva e foi muito bem definida por Vergueiro (1987, p. 22) como:

[...] a rejeição por uma autoridade bibliotecária de um livro (ou outro material) sobre o qual o bibliotecário, a Comissão de Biblioteca ou alguma outra pessoa (ou pessoas) exercendo pressão sobre eles afirma ser obsceno, perigosamente radical, subversivo ou muito crítico aos costumes existentes.

E se em 1987 Vergueiro nos dizia para voltarmos nosso olhar ao exemplo dos profissionais dos Estados Unidos da América para nos organizarmos em preceitos que auxiliariam a combater a censura, é exatamente esse país que nos traz o exemplo de como movimentos neoconservadores podem se organizar para perseguir títulos de materiais dentro e fora das bibliotecas. A ALA anualmente faz uma compilação dos dados referente aos pedidos de remoção de materiais dos acervos das bibliotecas dos EUA, conforme o histórico apresentado no relatório de 2022, em 2020 a associação apontava que ocorreram o pedido de censura de 223 títulos, esse número seria superado em muito no ano seguinte, compilando um total de 1858 pedidos, que por sua vez seria novamente superado em 2022, tendo um aumento de 72% e registrando o pedido de censura de 2571 livros (American Library Association, 2023).

Para além do número impressionante de pedidos de censura de materiais, sendo o maior desde que a associação começou a registrar os dados duas décadas atrás, foi possível identificar ainda duas estratégias preocupantes no método dessas organizações neoconservadoras. O primeiro foi o uso de listas de livros perseguidos desenvolvidas por esses grupos, enquanto antes de 2021 normalmente o pedido de censura tinha como alvo uma obra específica, nos últimos dois anos mais de 90% dos pedidos para



remover ou restringir o acesso focava em remover múltiplos títulos de uma vez só (American Library Association, 2023).

O segundo comportamento preocupante revela que esses grupos não buscam mais apenas o apagamento de determinados livros do acervo, mas também orquestram perseguições a membros da equipe das bibliotecas que se posicionam contrários a essa forma de comportamento. Conforme atestado por Yorio (2023) a pressão é tamanha que profissionais que estejam participando de eventos que possuem como pauta estratégias para enfrentamento de medidas de censura estão se tornando alvos de perseguição posterior ou estão tendo que custear com seu próprio recurso essas capacitações, que muitas vezes são organizadas pelas próprias associações de profissionais.

Tal atitude chegou a gerar uma ação de resistência por parte dos profissionais mais experientes que montaram uma linha de apoio para aconselhar os profissionais que estão sendo atacados, para que os mesmos possam se defender, bem como a seus acervos.

Juntamente a análise dessas atitudes também nos cabe observar as temáticas das obras que vêm sendo perseguidas, e não é surpresa notar que das dez obras mais perseguidas, nove delas retratam em seu conteúdo personagens ou temáticas que envolviam minorias, inclusive a *graphic novel Gender Queer* escrita por Maia Kobabe se encontra por dois anos consecutivos na primeira posição de obra mais atacada pelos grupos conservadores, tendo como justificativa pontos como: conter conteúdo LGBTQIAP+ e ser alegadamente sexualmente explícito. Conforme o ranking do ano de 2022 da ALA dos 10 livros mais perseguidos é possível observar que as temáticas convergem para questões relacionadas à diversidade sexual, de gênero e ao racismo, em uma tentativa de cercear o acesso dos jovens a obras que debatam estes pontos a partir de uma ótica progressista (American Library Association, 2023).

Esses pontos atuam tanto para a defesa de uma pauta conservadora desses grupos, como mexem com questões polêmicas no consenso da



sociedade, angariando atenção e promovendo polêmicas, mesmo que os pleitos pelo banimento dos livros não tenham sucesso. Conforme apontam Martins e Barradas (2023, p. 8):

as chamadas 'pautas morais' vêm recebendo atenção em todo o mundo e por diferentes campos, já que elas têm orientado recorrentemente o debate público, a construção de políticas e atravessado, de maneira determinante, as instituições e os processos democráticos nos últimos tempos. Seus usos táticos produzem um cenário de intensa polarização entre forças políticas conservadoras e progressistas que protagonizam 'guerras culturais' nas quais se engajam inúmeros atores.

Tal conflito interfere até em atitudes que podem ser lidos como progressistas. Essa afirmação pode ser exemplificada com os diferentes acontecimentos que vêm ocorrendo no Canadá nos anos mais recentes. As comunidades originárias do país em uma atitude de valorização dos povos indígenas do Canadá, conhecidos como Primeiras Nações, bem como desconstrução da representação negativa e inapropriada forjada pelos colonizadores do país tem levantado questionamentos pertinentes a forma como esses povos são retratados nas produções culturais. Porém os modos adotados para esse debate e as ações decorrentes das ações algumas vezes criam controvérsias, principalmente pela aplicação desleixada dessas políticas. Um exemplo são as novas regras de desbaste de acervo das unidades escolares, que em seus diferentes passos incluem um momento de avaliar se as obras refletem ideais antirracistas, culturalmente responsáveis e inclusivos, especialmente para as obras publicadas nos últimos quinze anos. Uma escola de ensino médio de Mississauga em Ontário, diante disso, acabou por adotar um critério de exclusão por data e removeu as obras que eram publicadas anteriormente ao ano de 2008, deixando parte das estantes esvaziadas e provocando a revolta de um número de pais e responsáveis (Brockbank; King, 2023).

Importante ressaltar que em nenhum momento defendemos que os atos ilustrados acima possuem o mesmo peso e gravidade, mesmo se pensarmos na queima simbólica de livros com representações ofensivas dos povos originários que ocorreu em Ontário em 2019 (Martins; Barradas, 2023), pois se entende que



apesar do ato, o poder hegemônico social ainda não está contido nessa parcela da sociedade, bem como as demais obras do acervo (e dos acervos) ainda possuem majoritariamente o discurso e visão dos colonizadores. Entendeu-se importante ressaltar esses episódios exatamente para contextualizar os conflitos contemporâneos vivenciados pelos profissionais que atuam nesse campo. Como aponta Tanus (2022, p. 452):

o caminho de uma possível revolução cultural humana e emancipatória perpassa a educação, a informação, a cultura e, obviamente, as bibliotecas, que devem rever suas práticas, processos e teorias, que ainda servem, muitas vezes, para manter a ordem e um pensamento hegemônico e excludente.

Dessa forma, o enfrentamento por parte dos profissionais da informação e da educação está adquirindo nuances. Essa mobilização de temas morais na esfera pública e sua reverberação nas produções culturais colocam esses profissionais diante de desafios éticos e suscita um posicionamento desses atores que, muitas vezes, são os últimos guardiões do acesso à informação.

4 METODOLOGIA

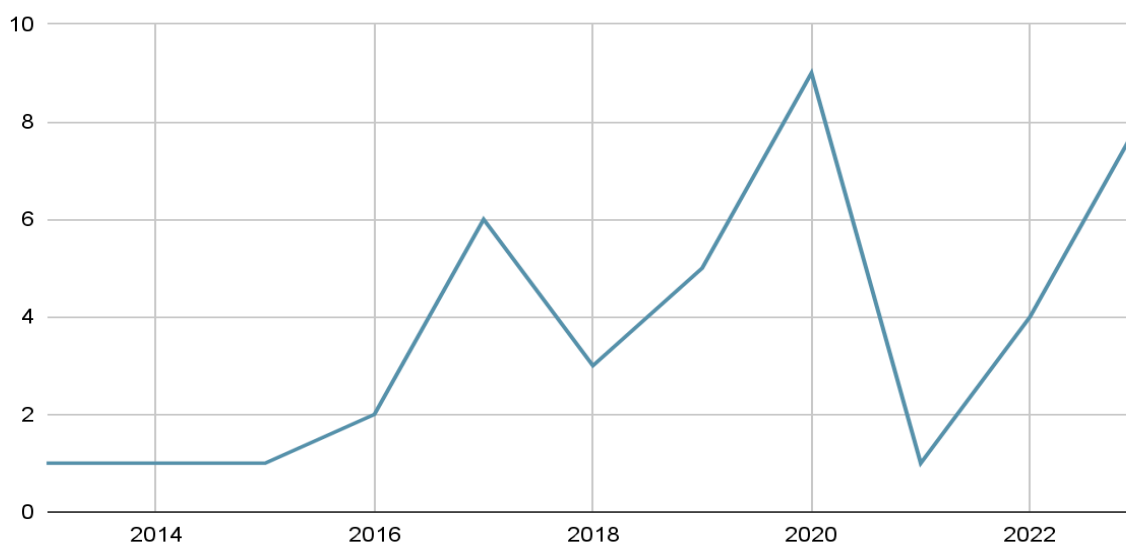
O presente artigo, no que tange seus objetivos, se caracteriza como descritivo, com abordagem qualitativa. A pesquisa se categoriza como bibliográfica, de cunho documental, uma vez que tem em seu corpo notícias de jornais.

Para que fosse possível angariar dados para esse artigo, foram realizadas buscas no portal de notícias G1, pelos termos “censura de livros”, “perseguição a livros”, “censura de bibliotecas” e “livros banidos”, no lastro temporal da última década (2013 - 2023), período em que se observou uma crescente organização dos movimentos conservadores. Optou-se pela escolha do site do G1 por ser um dos principais portais com amplitude nacional, cobrindo todos os estados do país, e por não restringir suas notícias com um *paywall*. A coleta de dados ocorreu entre os dias 6 e 8 de agosto de 2023 e necessitou ser realizada em intervalos de cinco em cinco anos devido a limitações da busca do portal.



Numericamente falando, foram recuperadas 40 matérias com os termos citados no portal de notícias após a filtragem, pois a ferramenta apesar de realizar associação entre os termos, não compreende termos compostos, e trazia em seus resultados notícias referentes também à rotina das bibliotecas. Das notícias encontradas, trinta e duas delas se referiam a acontecimentos que ocorreram dentro do país e oito delas referente a acontecimentos internacionais. Sua distribuição através do recorte examinado se dá conforme o gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Distribuição das notícias ao longo dos anos



Fonte: criado pelos autores.

Descrição: Gráfico de linha que mostra o número de matérias publicadas ao longo dos anos, sendo 2013: 1, 2014: 1, 2015: 1, 2016: 2, 2017: 6, 2018: 3, 2019: 5, 2020: 9, 2021: 1, 2022: 8.

Para análise de dados foram consideradas as notícias que envolvem o cenário brasileiro, uma vez que o foco é a análise dos movimentos conservadores nacionais e sua influência na censura dos acervos, totalizando assim 32 matérias como corpo de pesquisa deste artigo. Importante ressaltar que isso não significa 32 episódios de perseguição, pois diferentes matérias abordam o mesmo episódio, ou relatam desdobramentos dos acontecimentos. Para análise de dados foi utilizado o método de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016) se configura como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento. Para



organização do procedimento de análise, primeiramente serão relatados os episódios na seção seguinte em ordem cronológica, seguido da avaliação das similaridades e alinhamentos percebidos.

5 ANÁLISE DE DADOS

As notícias que antecedem o ano de 2016 são de uma categoria menos complexa, comparadas com os casos que viriam posteriormente, tratam de lançamentos de livros sobre a temática de censura ou autores polêmicos por seus conteúdos eróticos e de terror. É após esse ano que começamos a observar notícias com perseguição a materiais bibliográficos no recorte coletado, é preciso recordar o contexto dessa época para nos auxiliar a fazer análise desse fato. Em 2016 se concluiu o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, através de um golpe orquestrado por diferentes poderes, bem como os ideais do movimento Escola sem Partido ficavam muito mais populares nos círculos conservadores pelo país, tendo projetos de lei (mesmo que inconstitucionais) sendo pautados em diferentes câmaras municipais e estaduais, como o PL 190/2015 no Rio Grande do Sul ou a Lei n. 7800/2016 do estado de Alagoas⁶. Conforme reportagem da *BBC News Brasil* (2018) realizada com diversos professores, nesse período houve uma crescente polarização entre os alunos e professores dentro da sala de aula com contínuos estímulos de entidades externas para monitoração e denúncias dos docentes e seus materiais utilizados em sala.

É nesse contexto que nos deparamos com o primeiro caso de perseguição de livros em nosso recorte de análise, conforme matéria de Fernandes, Bernardi e Cícera (2017) o ocorrido se deu em Ji-Paraná, município de Rondônia, onde pais se reuniram para realizar um abaixo assinado contra o uso do livro didático utilizado no oitavo ano em Ciências e construído pelas autoras Ana Maria Pereira, Margarida Santana e Mônica Waldheim. O motivo

⁶Segundo relatório financiado por distintos sindicatos de Educação, no ano de 2020, haviam em torno de 213 projetos de lei de censura na esfera da educação distribuídos nas diferentes esferas legislativas do país (Moura; Silva, 2020).



do desagrado desses pais foi o capítulo sobre educação sexual, que trazia ilustrações dos órgãos genitais e informações sobre autoexame de cuidados com câncer de mama, para os pais, as informações ali contidas deveriam ser instruídas em casa e não pela escola. O material em questão fazia parte do PNLD, organizado por setores ligados ao Ministério da Educação, tal programa faz a seleção apurada de uma lista de obras que podem ficar à disposição das escolas, através da análise de diferentes Universidades Federais, cabendo a Escola optar pelas obras que pretende receber gratuitamente do governo federal.

Mas não foi apenas esse livro entregue pelo PNLD que foi perseguido por pais de alunos, a 176 km de distância do local da primeira notícia analisada, na cidade de Ariquemes ainda no estado de Rondônia, reportagem escrita por Francis (2017) aponta que o prefeito do município vetou a entrega dos livros didáticos de geografia do PNLD destinados ao ensino fundamental. Sua motivação foi pela obra apresentar em uma de suas atividades, que debatia a diversidade e multiplicidade de constituição dos conjuntos familiares, a possibilidade de um núcleo familiar ser composto por um casal de pessoas homoafetivas. O prefeito e parte da câmara de vereadores apresentaram um ofício censurando a obra baseada em uma lei municipal em vigência na época que vetava o que os autores chamavam de ideologia de gênero, com clara inspiração nas ideias fomentadas pelo movimento Escola sem Partido. Este episódio ainda apresentou desdobramentos após o Ministério Público (MP) se posicionar contrário ao recolhimento do material didático, ou ainda mesmo a supressão das páginas contendo a atividade e os textos com famílias diversas. (Francis, 2017) Após o posicionamento do MP, famílias ligadas a setores conservadores da comunidade realizaram uma passeata contra os livros e a favor da censura, utilizando-se de slogans como “Diversidade de família e ideologia de gênero é destruição da família constituída por Deus” e “Homem e mulher constituem uma família” (Ferreira, 2017, [não paginado]).

Para o próximo episódio de perseguição levantado precisamos ir ao Rio Grande do Sul, conforme apurado pelo G1 RS (2017), meses após os episódios



de perseguição e constrangimento que levaram ao encerramento prematuro da exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira* em Porto Alegre, os promotores da Feira do Livro de Porto Alegre estavam preocupados com a segurança dos participantes de uma mesa sobre literatura LGBTQIAP+ que ocorreria no mesmo espaço onde estava sediada a exposição Santander Cultural. Essa preocupação se deu pelo fato de algumas câmaras de vereadores do estado terem se mobilizado para excluir o catálogo da referida exposição das bibliotecas públicas de seus municípios e, anteriormente na mesma feira, grupos terem invadido mesas de diálogo de obras de temática feministas praticando intimidação dos participantes, enquanto gravavam essas provocações para postagens na internet.

No ano seguinte, em meio às polarizações da eleição de 2018 e mesmo sem nenhuma lei apoiando os atos, porém com o Escola sem Partido se espalhando cada vez mais pelo país e afetando as rotinas das escolas, ocorreram três episódios emblemáticos, o primeiro deles (Rouvenat, 2018), em um dos colégios mais caros do Rio de Janeiro chamado Santo Agostinho, o livro “Meninos sem Pátria” de Luiz Puntel, teve seu uso censurado em sala de aula e do acervo da biblioteca por supostamente doutrinar crianças com ideologia comunista, de acordo com o movimento de responsáveis pelos alunos. Essa revolta dos pais também pode ser observada em Vitória, onde conforme Alvarenga (2018), um grupo de pais questionou a presença da obra “Diário de Anne Frank” em história em quadrinhos (HQ) no acervo da escola, obra que fazia parte do PNLD Literário. Segundo o grupo de responsáveis, alheios ao genocídio e sofrimento representado no quadrinho, a obra não deveria ser utilizada pelos alunos do sétimo ano por apresentar termos como vagina e masturbação. Para finalizar o ano, a *BBC News Brasil* (2018) apurou o relato de uma professora da cidade de Porto Alegre, que foi demitida de uma escola particular após adotar como leitura em sala de aula a obra “Nu de Botas”, escrito por Antônio Prata, causando a revolta de um grupo de pais que se organizaram através de um aplicativo de mensagens para solicitar a demissão da profissional e o expurgo do livro.



Os episódios que seguirão, ocorreram em um contexto agora de mudança de gestão governamental, o então presidente Jair Bolsonaro assumia o cargo de presidente, simbolizando a ascensão dos discursos conservadores ao poder. É nesse cenário que o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, protagonizou um emblemático ataque a uma obra de história em quadrinhos intitulada “Vingadores, a cruzada das crianças” (G1 Rio, 2019). A obra em seu enredo apresenta dois jovens que além de atuarem na mesma equipe de super-heróis, são namorados, em determinado trecho da aventura os dois trocam um beijo. Esta inocente cena foi o estopim de uma caça às bruxas na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, local onde na ocasião estava sendo comercializada a HQ. O prefeito proferiu declarações como “livros assim precisam estar em um plástico preto, lacrado, avisando o conteúdo” (G1 Rio, 2019, [não paginado]) e encaminhou fiscais da prefeitura para recolher e apreender qualquer material com conteúdo LGBTQIAP+ que fosse direcionado ao público jovem e não estivesse lacrado e com avisos de conteúdo. Foi necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal nos dias que se seguiram para apontar que essa ação era descabida e se configurava como censura prévia, vedada por lei (G1 Rio, 2019).

Em outro episódio de perseguição aos livros voltamos para Rondônia, porém dessa vez, quem perpetrou o ato foi a Secretaria de Educação do Estado (G1 RO, 2020). Um documento vazado na internet mostra uma ordem de recolhimento de 43 títulos de literatura das bibliotecas escolares por supostamente apresentarem conteúdos inadequados às crianças e aos adolescentes. Entre os títulos da lista figuravam clássicos da literatura nacional como “Memórias póstumas de Brás Cubas” escrito por Machado de Assis, “Macunaíma” de Mário de Andrade e “Os sertões” de Euclides da Cunha. Conforme matéria de Subtil (2020) pode apurar, o pente-fino nos acervos das bibliotecas iniciou devido a uma denúncia contra uma obra de Rubem Fonseca, que continha 19 de suas obras listadas na relação de livros a serem recolhidos. Esse documento gerou uma grande revolta por parte da comunidade e das instituições de controle, tendo até mesmo nota de repúdio da Academia



Brasileira de Letras. Após a repercussão, a Secretaria veio a público afirmar que o documento era um trabalho técnico em andamento e que não estava pronto para vir a público, e que esse texto não concluído vazado não chegou a ser publicado oficialmente. Diante da reação da sociedade a Secretaria recuou e não efetuou o recolhimento do material.

Em São Paulo, na cidade de Sorocaba, após a troca da gestão da prefeitura na eleição de 2020, o novo prefeito convocou uma coletiva de imprensa para denunciar que a antiga gestão havia adquirido uma obra que consideravam imprópria para a leitura dos alunos (G1 Sorocaba, 2021). Com o objetivo de montar acervos mínimos para todas as bibliotecas escolares e abranger o debate e mediação dos diversos assuntos, foi adquirido o livro “No meu corpo mando eu: prevenção de abuso infantil” de Antônio Carlos Egypto, que como o próprio título aponta, pretende ser uma obra voltada ao público infantil com informações em um formato lúdico que permitam as crianças estarem conscientes dos cuidados de higiene e dos sinais para identificar abuso infantil. A gestão neste caso fez o recolhimento de todos os exemplares dessa obra, realizando a substituição pelo título “O Pequeno Príncipe” de Antoine de Saint-Exupéry, que apesar de ser um clássico infantil, possui outra finalidade pedagógica (G1 Sorocaba, 2021).

Se no episódio anterior a justificativa para a censura era a proteção das crianças, o mesmo não pode ser dito do último episódio levantado na coleta de dados. De acordo com matéria de Oliveira (2023), no ano de 2023, a Universidade do Rio Verde retirou da lista de leituras obrigatórias para o vestibular a obra *Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios* de Marçal Aquino. A obra foi excluída após o deputado conservador Gustavo Gayer ir para as redes sociais apontar que a obra utilizada apresentava “absurdos pornográficos” (Oliveira, 2023, [não paginado]). A Universidade acabou excluindo por iniciativa própria a obra da lista após o ocorrido, causando notas de repúdio do autor e da Editora Companhia das Letras, pela instituição acatar essa pressão pela censura. O documento ressaltava que a



escolha da obra tinha fins pedagógicos e foi selecionada por uma comissão competente de dentro da própria Universidade (Oliveira, 2023).

Apresentados os conteúdos das matérias levantadas na pesquisa que continham perseguição de materiais didáticos e literatura por parte de movimentos neoconservadores, seguiremos agora para a análise dos episódios.

5.1 Temáticas e estratégias de perseguição

Em todos os dez episódios brevemente apresentados podemos observar uma forte influência de pautas conservadoras nos temas das obras perseguidas, o discurso de defesa da moral e dos bons costumes, bem como da defesa da “família tradicional” e das “pessoas de bem” transpassa todos os episódios de censura.

Tal qual constatado nos relatórios elaborados pela ALA no contexto dos Estados Unidos da América, qualquer presença de texto que representam minorias, realizam o debate de papéis pré-definidos dos gêneros ou com representatividade LGBTQIAP+ é prontamente rechaçado e perseguido. E é essa atmosfera de perseguição que Frigotto (2017) cita como elemento principal na construção do nazismo e do fascismo pela história mundial, não significa que o autor acuse os neoconservadores de fascistas, porém de se apropriar de estratégias discursivas fascistas para produzir um estado de intolerância.

Se observarmos o primeiro episódio, nos quais os pais contestavam a presença do conteúdo de educação sexual em um livro de ciências do oitavo ano do ensino fundamental, nos lembraremos que Penna (2017) aponta que essa é uma das características do movimento Escola Sem Partido. Após perpetrar ataques ao ambiente escolar e seus docentes, o movimento realiza uma defesa do poder total dos pais sobre os filhos. Com isso, desejam apontar que seus valores familiares deveriam transbordar de sua esfera particular,



afetando o que é ministrado em sala de aula, fato que ultrapassa os conteúdos do currículo definidos pela Base Nacional Comum Curricular.

As teses do Escola sem Partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais (Frigotto, 2017, p. 4).

Essa mesma chave de leitura nos ajuda a compreender os demais episódios em que os pais se organizaram para questionar e perseguir os materiais bibliográficos utilizados em sala de aula. Em especial o segundo episódio, em que a prefeitura se mobilizou para censurar as páginas do livro que inclui a ilustração de diferentes formas de família, que tal material seria “ideologia de gênero”, como se a ilustração tivesse função doutrinadora. É preciso lembrar que as escolas são compostas por alunos com os mais diferentes arranjos familiares, e conteúdos deste tipo estão presentes para que todas as crianças, ao executarem a atividade, pudessem se sentir contempladas de alguma forma.

Ainda sobre a questão de discussão de gênero dentro da literatura utilizada no espaço escolar, Penna (2017, p. 46) aponta que:

se eu tivesse que tentar sistematizar, [o debate] é a tentativa de mostrar como as relações entre os gêneros, homem, mulher e outras configurações, como elas são construídas historicamente, para desconstruir desigualdades, homofobia, machismo e coisas assim. Mas eles colocam que seria uma ideologia contra a família.

Como Penna (2017) muito bem pontua em sua frase final, essas desconstruções que precisam ser feitas, são encaradas como um ataque especial de uma determinada ideologia contra uma concepção única do que seria família, e essa visão também é um dos pontos-chaves do manifesto do Escola sem Partido. Esta é uma das razões do porque os projetos de lei excluem a liberdade de ensino nas salas de aula e a liberdade de promoção da arte. Para Frigotto (2017, p. 13) o Escola sem Partido tenta inviabilizar todas as iniciativas educacionais “que abordem temas como desigualdade de gênero, diversidade sexual, o combate ao preconceito, aos sexismo e à LGBTfobia”.



Se pensarmos no episódio de censura envolvendo a história em quadrinhos no Rio de Janeiro, os fiscais da prefeitura quando foram ordenados a abandonar seus afazeres e cruzarem os corredores da Bienal do Rio de Janeiro em busca de materiais devido ao beijo de dois jovens, o receberam por este representar um beijo de um casal homoafetivo, pois as demais cenas de beijos (muitas vezes retratadas nas capas) não causaram a mesma reação nos grupos conservadores. Ao analisarmos esse episódio e o ocorrido em Rondônia é sempre importante lembrar que a união homoafetiva foi reconhecida em 2011 após uma decisão do Supremo Tribunal Federal equiparar as mesmas às uniões estáveis heteroafetivas e que em 2019 a homofobia tornou-se crime equiparável ao racismo, se enquadrando na Lei n. 7.716/1989, então estes atos são muito mais perniciosos e vão além de uma censura arbitrária.

Outro ponto sensível ao grupo de conservadores atuais é o debate acerca das ideologias políticas e dos relatos que envolvem os fatos durante a ditadura militar pela qual o país passou. Por essa razão, o desconforto com a presença de livros que se passam nesse período histórico. Conforme Mattos *et al.* (2017, p. 97), o movimento Escola sem Partido estabeleceu como um dos seus alvos os livros didáticos, pois para eles “[...] nos livros estaria consubstanciada a ‘doutrinação’, o que desconsidera todas as mediações realizadas no uso e consumo dos materiais”. Esse pensamento é equivocado, além que ignora plenamente todo o processo de seleção aos quais os materiais didáticos que compõem o PNLD e o PNLD Literário passam, sendo um dos critérios de avaliação a isenção de doutrinação religiosa ou política.

Estas afirmações vão ao encontro dos ideais neoliberais apontados por Libâneo (2018), onde se defende que a atuação dos profissionais da educação deve ser estritamente técnica, voltada para o mercado de trabalho, deixando o livro didático de lado e adotando-se apostilas alheias a escolha docente. Conforme sintetiza Frigotto (2017) é o ato de educar, como mediação complexa da formação humana, que é o alvo do conservadorismo das elites e de grupos neoconservadores.



Quanto às estratégias de perseguição, podemos observar que elas se dividem de duas formas: responsáveis pelos alunos que se revoltam com o conteúdo utilizado no ambiente escolar e realizam pressão sobre a gestão para banir o material e punir os profissionais envolvidos na seleção; já a segunda estratégia é quando esse perfil conservador chega até os cargos de poder e faz uso da estrutura política para vetar o uso dos materiais ou elaborar leis que constringam os profissionais da educação e informação no exercício de sua profissão.

É preciso salientar que a revolta dos familiares muitas vezes é incentivada por conteúdos produzidos pelo próprio movimento Escola sem Partido e não apenas por um interesse dos pais nos materiais didáticos. Tanto em seu site como no blog citado anteriormente, De olho no livro didático, há uma infinidade de conteúdos relacionando os livros que compõem o PNLD com postagens que os acusam como ideologia de gênero, doutrinação religiosa ou política.

De certa forma, podemos também diante dessas estratégias traçar paralelos com o que vem ocorrendo no cenário internacional, pois além dos registros de pedidos para banir materiais nas bibliotecas nos EUA, em sua porção administrada por governos alinhados às pautas conservadoras, é possível verificar um crescimento no número de leis que pretendem restringir literaturas diversas nos acervos e a liberdade docente em sala de aula. Como é o caso do estado da Flórida, que em uma lei recente restringiu a forma como a história afro-americana é ensinada, acarretando na exclusão de mais de 170 livros do acervo das bibliotecas, dentre eles a biografia de Rosa Parks (Bermúdez, 2023). O assédio legislativo sobre os acervos das bibliotecas e suas equipes recebeu destaque no *Field Report 2022* sobre livros perseguidos elaborado pela ALA, de acordo com o documento, instituições *think-tanks* conservadoras elaboram modelos de projetos de lei para que sejam adotados em diferentes estados e sirvam de base para pedidos de censura de materiais. Segundo o documento, mesmo que estas leis não sejam aprovadas pela casa legislativa, elas acabaram por influenciar as práticas das equipes



bibliotecárias, ao intimidar os processos de seleção e divulgação de materiais com temáticas voltadas a minorias (American Library Association, 2023).

É um cenário similar ao que presenciamos em nosso país:

como o teor do modelo de Projeto de Lei e sua forma de divulgação difundem, por si, um clima de vigilância, suspeição, denúncia e punição, não é preciso haver um projeto aprovado para que se cumpra parte dos efeitos esperados, que não são necessariamente a efetiva responsabilização criminal e a aplicação jurídica de punição, mas a autocensura, o constrangimento e a coibição de comportamentos e práticas que possam, mesmo remotamente, ser identificados como 'doutrinação' ou 'desrespeito às convicções morais da família' (Algebaile, 2017, p. 70).

Como vimos nos episódios apresentados, essas duas estratégias formam um ciclo que se retroalimentam, pois leis que cerceiam e censuram, mesmo que contraditórias com a legislação educacional atual, empoderam os grupos que pressionam as escolas. Projetos de leis que incorporam as ideias do Escola sem Partido, conforme aponta Penna (2017, p. 35), "utilizam-se de uma linguagem próxima do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas e falsas alternativas". Valem-se de estratégias que passam por invalidar os profissionais da educação e atacar os materiais bibliográficos escolhidos, para assim impor sua concepção de escolarização.

Por essa razão, fazemos coro com Silveira e Andretta (2023, p. 2) quando estes afirmam que "em tempos de censura, em que grupos religiosos e políticos conservadores exigem 'neutralidade' (silenciamento) de educadores, bibliotecários e pesquisadores, é preciso que nos posicionemos". Sendo assim, a seguir vamos discutir as atitudes de resistência perante esses atos autoritários.

5.2 Atos de resistência

Conforme apresentado nos objetivos, além de compilar os dados de repressão, durante a leitura do material das notícias procurou-se identificar possíveis atos de resistência à censura perpetrada, pois conforme Silveira e



Andretta (2023) citando Foucault (1999), onde há relações de poder, sempre há o outro, com possíveis reações de resistência.

Foi possível identificar em todas as notícias um grupo que se opunha e resistia aos atos conservadores, algumas vezes com a mesma estratégia, posicionando-se favorável ao uso do material e sua permanência nos acervos e algumas vezes acionando as vias jurídicas para defender os direitos constitucionais e frear possíveis excessos perpetrados pelos poderes executivos.

E em dois episódios ocorreu uma movimentação que chamou uma atenção maior do que o ato da censura, sendo estes o tema da manchete, uma delas foi na repressão da obra “Meninos sem pátria”, onde um grupo de alunos e ex-alunos realizaram um ato contra a suspensão da obra, o que angariou atenção para o ocorrido e sendo esse o olhar utilizado na matéria e não o olhar dos censores. Outro episódio que angariou atenção se passou também no Rio de Janeiro durante a censura realizada pela prefeitura, os autores que lá estavam quando os fiscais chegaram, fizeram uso de suas redes sociais como plataformas para denunciar as arbitrariedades e posteriormente gravaram um manifesto utilizando a canção “Apesar de você” de Chico Buarque (Coelho, 2019).

Ainda podemos considerar como uma estratégia de resistência o vazamento do documento da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia para a imprensa, pois esse ato aliado à repercussão ocasionada nas redes sociais foi o que constrangeu a secretaria de seguir com a análise que estava sendo levantada no escritório.

Como apontam Silveira e Andretta (2023), talvez o contexto brasileiro não esteja acirrado tal qual o vivenciado pelos profissionais dos EUA, que conforme apontam os autores, vivem uma guerra cultural. Porém diante dos casos analisados aqui e refletindo sobre a afirmação, nos faz questionar: quantos mais casos de censura ocorrem em nossas bibliotecas e não ficamos sabendo? Em nosso país não temos as estruturas necessárias para compilar esses



pedidos e em muitas de nossas bibliotecas escolares ainda não temos um profissional bibliotecário para fazer o registro e a defesa contra esses ataques.

Iniciativas como a promovida pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições chamada Bibliotecas que não se calam⁷ talvez sejam um primeiro passo para essa direção de maior transparência em relação a essas violências perpetradas contra os acervos. No site é possível encontrar materiais e bibliografias para combater a censura no dia-a-dia das bibliotecas, bem como um formulário para realizar relatos de censura sofrida.

Por fim, apesar de não ser uma iniciativa nacional, vale destacar que uma das matérias encontradas que foi classificada como internacional, versava sobre a inauguração da biblioteca Dawit Isaak na Suécia, que tem como missão depositar em seu acervo toda obra cultural que tenha sofrido alguma forma de perseguição ou que seus autores precisaram se exilar para ficarem vivos, servindo como uma ação de resistência global (RFI, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do neoliberalismo aplicado ao ambiente das escolas prioriza conhecimentos ligados aos benefícios que esse aluno pode oferecer às empresas, é uma sujeição desse ambiente à razão econômica. Pretende formar sujeitos docilizados que estejam em constante formação técnica, porém nunca em contato com textos que permitam realizar a reflexão de sua situação, por isso o constante flerte com a censura.

Este cenário é o ideal para que movimentos neoconservadores ganhem força e alcance para seus pleitos, por essa razão foi necessário realizar o delineamento desses dois atores e a associação entre os mesmos. O currículo escolar é um processo de disputa cultural e movimentos como Escola sem Partido busca por meio de simplificações imporem sua visão de escolarização e mordanças nos profissionais da educação.

⁷ <http://febab.org.br/censurado/>



Ao implementar um estado de vigilância e denúncia, alheio às aprovações dos projetos de lei, os movimentos neoconservadores constroem o ambiente escolar. Como vimos, pais conservadores sentem-se empoderados para realizar movimentos para constroer docentes que, em seu papel de livre docência, osem fazer uso de bibliografias progressistas que desagradam esses grupos. São promovidas cruzadas contra materiais que debatem liberdade religiosa, orientação sexual, movimentos sociais ou qualquer questionamento a família tradicional heteronormativa.

Ainda foi possível observar que, além do braço parlamentar do Escola sem partido, figuras de poder executivo alinhadas aos discursos e valores dos movimentos neoconservadores também realizam ações de censura de materiais didáticos. Independente de suas ações serem consideradas inconstitucionais, esses atores visam controlar o debate educacional, a atividade docente e as leituras discentes, a partir da disseminação de ameaças e de autoritarismo.

Desta forma, podemos responder de forma positiva a pergunta que orientou esse trabalho, movimentos neoconservadores estão por trás de todos os episódios de censura de materiais bibliográficos levantados. O movimento Escola sem Partido em especial executou um papel chave, tanto influenciando os legisladores na aprovação de leis que deram um verniz de respaldo para as ações, quanto empoderando a atitude dos grupos que realizavam os pleitos de banimentos das obras. Não se pode ignorar que a popularização das simplificações que o movimento utiliza para lidar com questões complexas do debate educacional, influência e confunde o debate acerca dos assuntos no campo escolar.

Perante esse cenário nefasto, os profissionais da informação, como agentes sociais responsáveis pela formação de cidadãos críticos, não podem permanecer apenas como espectadores supostamente neutros. Defendemos que nesse momento a atitude necessária é que os profissionais conheçam os atores envolvidos nesse conflito e tomem uma posição de defesa dos acervos das bibliotecas e do livre exercício da docência.



Este estudo teve como limitações o recorte temporal e o portal de notícias utilizado para o levantamento do seu corpus de pesquisa, que limitou o número de episódios para análise. Acreditamos que seria interessante para futuros estudos uma ampliação do recorte temporal, para compreender os movimentos de perseguição e censura prévios ao período observado. Também acreditamos que o uso de um maior número de portais de notícias, incluindo aqui veículos pagos e especializados em notícias regionais, poderia produzir um levantamento que contribua com um novo estudo. Para além de novos estudos, acreditamos que seria de muita valia a criação de um instrumento que monitorasse anualmente os episódios de perseguição aos materiais bibliográficos no Brasil, aos moldes do relatório produzido pela ALA.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem partido: o que é, como age, para que serve. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola 'sem' partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP, 2017. p. 63 - 74.

ALVARENGA, Poliana. Versão em quadrinho de O Diário de Anne Frank causa polêmica em escola de Vitória. **G1**, Espírito Santo, mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/versao-em-quadrinhos-de-o-diario-de-anne-frank-causa-polemica-em-escola-de-vitoria.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2023.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Field report**: banned and challenge books in 2022. Chicago: ALA, 2023. Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/bbooks/book-ban-data>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BBC NEWS BRASIL. Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta a rotina nas salas de aula. **G1**, Rio de Janeiro, nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/11/05/mesmo-sem-lei-escola-se-m-partido-se-espalha-pelo-pais-e-ja-afeta-rotina-nas-salas-de-aula.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

BERMUDEZ, Mariana. **Lobas da lua histórias passadas histórias passadas**. [s. l.]: Editora: Clube de Autores, 2023.



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03. jan. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei 7180/2014**. Brasília, DF: Senado Federal, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 03. jan. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei 867/2017**. Brasília, DF: Senado Federal, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 03. jan. 2024.

BROCKBANK, Nicole; KING, Angelina. Empty shelves with absolutely no books: students, parents question school board's library weeding process. **CBC**. Toronto, 13 set. 2023, [não paginado]. Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/canada/toronto/peel-school-board-library-book-weeding-1.6964332> Acesso em: 20 set. 2023.

COELHO, Henrique. Autores e editores fazem manifesto contra censura na Bienal do Livro do Rio. **G1**, Rio de Janeiro, set. 2019. [não paginado]. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/08/autores-e-editores-fazem-manifesto-contr-a-censura-na-bienal-do-livro-do-rio.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB nº 207/2018**. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018.

FERNANDES, Pâmela; BERNARDI, Marco; CÍCERA, Sara. Pais acionam MP para proibir livro escolar com desenho de pênis em Rondônia. **G1**, Rondônia, mar. 2017. [não paginado]. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/ji-parana-regiao-central/noticia/pais-acionam-mp-para-proibir-livro-de-ciencias-com-ilustracao-de-penis-em-escola.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2023.

FERREIRA, Ana Claudia. Protesto contra famílias gays reúne cerca de 500 pessoas em Rondônia. **G1**, Rondônia, fev. 2017, [não paginado]. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/02/protesto-contr-a-familias-gays-reune-cerca-de-500-pessoas-em-rondonia.html>. Acesso em: 18 set. 2023.



FERREIRA, Izalci Lucas. Câmara dos Deputados Federais. **Projeto de lei 867/2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o 'Programa Escola sem Partido'. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 7 ago. 2025.

FRANCIS, Toni. Prefeito que proibiu livros didáticos com união gay em RO é processado. **G1**, Rondônia, fev. 2017, [não paginado]. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2017/02/prefeito-que-proibiu-livros-didaticos-com-uniao-gay-em-ro-e-processado.html>. Acesso em: 18 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n.129. p. 1085-114, out.-dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwbJx/>. Acesso em: 09 set. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

G1 SOROCABA. Após comissão apontar 'conteúdo inadequado' em livros infantis, prefeitura troca exemplares por 'O Pequeno Príncipe'. **G1**, Sorocaba, set. 2021. [não paginado]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2021/09/09/prefeitura-de-sorocaba-troca-mais-de-mil-livros-infantis-apos-comissao-tecnica-indicar-conteudo-inadequado.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2023.

G1 RIO. Nova decisão do TJ-RJ manda recolher livros com temática LGBT para o público jovem e infantil que não estejam lacrados na Bienal. **G1**, Rio de Janeiro, set. 2019. [não paginado]. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/07/nova-decisao-do-tj-rj-pede-para-recolher-que-livros-com-tematica-lgbt-que-nao-estejam-lacrados-na-bienal.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2023.

G1 RO. Documento da Secretaria de Educação de RO manda recolher de escolas 'Macunaíma' e mais 42 livros; secretário diz ser 'rascunho'. **G1**, Porto Velho, fev. 2020. [não paginado]. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/02/06/documento-da-secretaria-de-educacao-de-ro-manda-recolher-de-escolas-macunaima-e-mais-42-livros-secretario-diz-ser-rascunho.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2023.

G1 RS. Após protestos e ameaças, Feira do Livro de Porto Alegre muda local de evento LGBT que seria no Santander Cultura. **G1**, Porto Alegre, nov. 2017. [não



paginado]. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/apos-protestos-e-ameacas-feira-do-livro-de-porto-alegre-muda-local-de-evento-lgbt-que-seria-no-santander-cultural.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. *In*: LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (orgs.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**. Goiânia: Espaço acadêmico, 2018. p.44 - 87.

MARTINS, Ana Amélia; BARRADAS, Jaqueline Santos. Bibliotecários, censura e os novos mediadores. **Em questão**, Porto Alegre, v. 29, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.126480>. Acesso em: 10 set. 2023.

MATTOS, Amana *et al.* Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola sem partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP, 2017. p. 87-104.

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos Escola sem partido no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar**. Brasília, DF: Frente Nacional Escola Sem Mordança, 2020.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; CASTRO, Jetur Lima de. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana. **Páginas a&b**, Porto, v.3, n. 7, 2017. Disponível em: DOI 10.21747/21836671/pag7a3. Acesso em: 07 set. 2023.

OLIVEIRA, Danielle. Ganhador do Prêmio Jabuti, Marçal Aquino tem o livro retirado de vestibular após deputado criticar obra. **G1**, Goiás, maio 2023, [não paginado]. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/05/01/escritor-tem-livro-retirado-de-vestibular-de-universidade-apos-deputado-criticar-obra.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2023.

PENNA, Fernando de Araujo. Escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola sem partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP, 2017. p. 35 - 48.

PERSEGUIÇÃO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/persegu%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 06 ago. 2025.



ROUVENAT, Fernanda. Alunos fazem ato contra proibição de livros no Colégio Santo Agostinho, no Rio. **G1**, Rio de Janeiro, out. 2018. [não paginado].

Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/10/05/alunos-fazem-ato-contraproibicao-de-livro-no-colegio-santo-agostinho-no-rio.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2023.

RFI. Suécia abre primeira biblioteca de livros censurados do mundo, inclusive os de Paulo Coelho. **G1**, Rio de Janeiro, 30 out. 2020. [não paginado].

Disponível em: <https://encurtador.com.br/LtpVJ>. Acesso em: 19 set. 2023.

SANTANA, Erivelton. Câmara dos deputados federais. **Projeto de lei 7180/2014**. Altera o art. 3 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722)

[fichadetramitacao?idProposicao=606722](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722) Acesso em: 06 ago. 2025.

SILVA, Orley. Livro apresenta famílias gays e lésbicas para alunos da alfabetização. *In*: SILVA, Orley. **De olho no livro didático**. Goiânia, 2014.

Disponível em:

<https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/2014/01/livro-para-educacao-infantil.html>. Acesso em: 08 ago. 2025.

SILVEIRA, João Paulo Borges da; ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira. As formas de resistência à censura aos livros na atualidade. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 28, p. 1-29, 2023.

DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e90814. Acesso em: 13 jun. 2023.

SUBTIL, Mayara. Pente-fino de livros em Rondônia começou após denúncia de palavrão em obra de Rubem Fonseca, diz secretário. **G1**, Rondônia, fev. 2020, *online*. Disponível em: <https://encurtador.com.br/heWbO> Acesso em: 23 set. 2023.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica. **Em questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p.432-457, jan./mar. 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.19132/1808-5245281.432-457>. Acesso em: 20 set. 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n.1, 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266> Acesso em: 07 set. 2023.

YORIO, Kara. Groups target professional library conferences and librarians attending them. **School Library Journal**. Ohio, 2023. [não paginado].



Disponível em:

<https://www.slj.com/story/censorship/Groups-Target-Professional-Library-Conferences-and-Librarians-Attending-Them>. Acesso em: 10 set. 2023.

NOTAS

Diego Monsani

Instituto Federal Catarinense (IFC)

Minicurriculo: Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009) e Mestrado em Gestão de Unidades de Informação pela UDESC (2016). Atualmente doutorando em Educação na linha de pesquisa: Educação, Linguagem e Memória pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Participa do Grupo de pesquisa LITTERA Correlações entre cultura, processamento e ensino: a linguagem em foco desde 2024. Atualmente é bibliotecário do Instituto Federal Catarinense Campus Avançado Sombrio, atuando principalmente nos seguintes temas: gamificação, profissional da informação, educação de usuários e mediação da leitura.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8809-5088>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2566090840139355>

Email: diego.monsani@ifc.edu.br

Jéssica Vicência das Chagas Machado

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Minicurriculo: Doutoranda em Educação com bolsa Capes pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc e Mestra em Educação com bolsa FUMDES pelo mesmo programa. Especialista em Gestão Administrativa e Processos Organizacionais na Educação Superior e em Direito Educacional, com experiência na área de Educação e Gestão desde 2009, com ênfase em gestão pedagógica e processos educacionais, identidade étnico-racial na educação, narrativas e literatura - em especial as de temática africana e afro-brasileira. Professora efetiva da Prefeitura Municipal de Criciúma, atuando como Auxiliar de Direção. Pesquisadora integrante do GEFOCS - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Formação Cultural e Sociedade e do NEABI/UNESC.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2434-3839>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7356221587120409>

Email: jvc@unesc.net

Giani Rabelo

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Minicurriculo: Pós-doutorado na Universidade de Lisboa (Instituto de Educação) e Universidade do Estado de Santa Catarina (Faculdade de Educação); Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008); Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997); Especialista em Serviço Social (1992) pela Universidade Federal de Santa Catarina e Graduada em Serviço Social pela Fundação Educacional do Sul de



Santa Catarina (1986). Professora titular da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), desde 1996. Professora permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Desenvolvimento Sócioeconômico (PPGDS) e professora do Curso de Pedagogia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3304-8268>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0539518439508075>

Email: gra@unesc.net

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Minicurriculo: Possui Doutorado em Educação (2008) e Mestrado em Educação (1998) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É licenciado em Pedagogia pela União das Faculdades de Criciúma (1992) e Filosofia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2014). Na rede pública estadual atua na EEB Engenheiro Sebastião Toledo dos Santos como docente no Curso de Magistério. É professor no curso de Pedagogia desde 1994 atuando nas disciplinas de Pedagogia e Profissão Docente, Didática e Psicologia da Aprendizagem. Atua como professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6279-9346>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2014915666381882>

Email: rlb@unesc.net

LICENÇA DE USO

CC BY-NC-ND.

ENTIDADE EDITORA

Associação Catarinense de Bibliotecários.

EDITORADO POR: Beatriz Morais Borges; Débora Crystina Dias Reis; Marcelo Werneck de Souza Saraiva; Paula Sanhudo da Silva

HISTÓRICO

Recebido em: 17-05-2024 - Aprovado em: 30-09-2025

